

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA N.º 138/2026

PROCESSO N.º 015330/2026-58

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TIPO MENOR PREÇO POR LOTE

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA: Aquisição de lâmpadas de led para o prédio da Fundação Parque Tecnológico de Santos, de acordo com a descrição constante no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.

- **Recebimento das propostas até:**
Data limite: 18/06/2026
Horário: 10:25 horas
- **Início da disputa de preços:**
18/06/2026 às 10:30 horas
- **Valor total estimado da Contratação:**
Lote 1 - R\$ 4.382,98
- **Critério de julgamento:**
Menor preço global
- **Modo de disputa:**
Aberto
- **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**
Sim
- **Formalização de consultas:**
E-mail: administrativo@fpts.org.br
- **Referência de Tempo:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

ÍNDICE

1. EDITAL:

ITEM ASSUNTO

- 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**
- 2. OBJETO**
- 3. PARTICIPAÇÃO**
- 4. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DATA DA SESSÃO PÚBLICA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO.**
- 5. REFERÊNCIA DE TEMPO**
- 6. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**
- 7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 8. FORMALIZAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**
- 9. CONDIÇÕES DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**
- 10. DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 11. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

ANEXOS AO EDITAL:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Relação dos Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Proposta Comercial;
- Anexo IV – Minuta da Autorização de Fornecimento

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 138/2026

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. A FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DE SANTOS, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação - INTERNET, torna público que, de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto Municipal n.º 10.222, de 20 de outubro de 2023 e os termos deste Edital, realizará processo de Dispensa Eletrônica na forma abaixo:

1.1. A DISPENSA ELETRÔNICA será realizada em sessão pública, através da utilização de recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade. O sistema encontra-se inserido diretamente na INTERNET, onde o acesso às informações é protegido por **HTTPS (Hyper Text Transfer Protocol Secure)**.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a plataforma “**LICITANET**” constante da página eletrônica <https://www.licitanet.com.br>.

1.3. Para fins de participação na dispensa de licitação, ficam adotadas as seguintes definições:

a) cota de ampla participação: destinada à participação de todo e qualquer interessado que atenda à todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, com valor total acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

b) cota exclusiva para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP): destinada exclusivamente à Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP), nos termos do inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com valor total até R\$ 80.000,00;

c) cota reservada para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP): destinada a reserva de 25% (vinte e cinco por cento) da cota de ampla participação, à Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP), nos termos do inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

2. OBJETO

2.1. A descrição detalhada do objeto da presente Dispensa de Licitação consta do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

3. PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Dispensa Eletrônica os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

3.2. Para fins do disposto no artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, fica determinada a participação exclusiva (inciso I) limitada às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), bem como às Cooperativas de Consumo (COOP), equiparadas nos termos do artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007.

3.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da dispensa de licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a FPTS cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015.

3.3. Não poderão participar nesta dispensa de licitação:

3.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a dispensa de licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a dispensa de licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da dispensa de licitação, impossibilitada de participar da dispensa de licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa de licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

3.5. O impedimento de que trata o item 3.3.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6. A critério da FPTs e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.3.2 e 3.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da dispensa de licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. O disposto nos itens 3.3.2 e 3.3.3. não impede a dispensa de licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da lei Federal 14.133/2021

3.10. A vedação de que trata o item 3.4 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DATA DA SESSÃO PÚBLICA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

4.1. O interessado em participar da Dispensa de Licitação deverá observar a data e o horário da sessão pública, conforme previsto na folha de rosto, o que será o prazo limite para inserção da proposta.

5. REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5.2. **A etapa de lances da sessão pública durará 01 (uma) hora.**

6. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

6.1. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**

6.2. O condutor solicitará ao fornecedor mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados na Plataforma Licitanet, constante da página eletrônica da <https://licitanet.com.br>

6.3. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados exclusivamente por meio do sistema da Plataforma Licitanet, constante da página eletrônica da <https://licitanet.com.br>, em formato digital, no prazo de 4 (quatro) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do condutor.

7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

7.1 A Contratada ficará sujeita às seguintes multas:

- a) 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total;
- b) 30% (trinta por cento) do valor do item não entregue, por inexecução parcial, caracterizada quando a Contratada somente entregar parte do objeto;
- c) 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso na entrega dos produtos no prazo e condições fixadas neste Edital;
- d) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de descumprimento de qualquer outra cláusula ou condição do Contrato, não mencionada nos incisos anteriores.

8. FORMALIZAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

8.1. Homologada a dispensa pela autoridade competente, o solicitante elaborará a Autorização de Fornecimento.

8.2. A recusa injustificada do vencedor em retirar a Autorização de Fornecimento, no prazo de até 02 (dois) dias corridos contados da data do recebimento da convocação ensejará a aplicação de multa de 30% (trinta por cento) do valor total do pedido e, ainda, da penalidade de suspensão temporária pelo prazo de 12 (doze) meses.

9. CONDIÇÕES DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

9.1. Constam na Minuta anexa a este Edital (Anexo IV).

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

10.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

10.3. A homologação do resultado desta dispensa de licitação não implicará direito à contratação.

10.4. As normas disciplinadoras da dispensa de licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da FPTS, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.5. Os Participantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a FPTS não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado da Dispensa Eletrônica.

10.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na FPTS.

10.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do Participante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

10.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

10.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Plataforma no endereço eletrônico "Plataforma Licitanet" constante da página eletrônica <https://www.licitanet.com.br>

10.10. Quaisquer esclarecimentos formais devem ser realizados através do campo próprio no sistema da Plataforma "Plataforma Licitanet" em até 1(um) dia antes da sessão até às 12:00 horas.

10.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, quando a disputa for por menor preço, que incidirá em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 1 (um) real.

11. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da Dotação Orçamentária n.º 3410.19.573.0104.4520.3.3.90.30.00.

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 138/2026
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Aquisição de lâmpadas para a Fundação Parque Tecnológico de Santos - FPTs, conforme especificações, exigências e quantidades a seguir:

ITEM	Descrição - Materiais	Unid.	Qtde
1	LUMINÁRIA LED PAINEL REDONDO DE EMBUTIR - 12W, 100V - 200V, 50/60 Hz, 840 Lumens, IRC > 70, 6500K Luz branca fria, 120°, F.P. > 0,5. 016,8 x 1,4, SMD 2835, 25 mil horas, Garantia 1 ano.	Unidade	22
2	LUMINÁRIA LED PAINEL DE EMBUTIR SLIM DOWNLIGHT - 18W, 1.440lm, 80lm/W, 283-163 mA, IP20, -10....+45 °C, 100-277 V~, AC 50/60 Hz, 120°, IRC > 80, F.P. > 0.5, Material: ABS + Metal/ ABS+Iron	Unidade	79
3	PAINEL REDONDO SOBREPOR - 18W, AC100-240V, 6500K, 120° IRC > 70, 50/60 Hz, 50-55lm/W, F.P. > 0.5, 127V-0.28A, 220V-0.16A, 285g, 20.000h	Unidade	55

2. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. Todos os materiais fornecidos deverão ser novos e sem quaisquer defeitos, sejam eles de fabricação, transporte ou manuseio inadequado;

2.2. O objeto da presente despesa constitui a aquisição de lâmpadas para o prédio da FPTs, localizado na Rua Henrique Porchat, 47, Vila Nova – Santos/SP, CEP 11013-510, com horário de atendimento de segunda a sexta, no período das 09:00 h às 12:00 h e/ou das 13:00 h às 17:00 h;

2.3. Prazo de entrega: 5 (cinco) dias corridos contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento.

3. PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

3.1. A Autorização de Fornecimento deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas avançadas e as normas da lei nº14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2. A fiscalização e gerenciamento da autorização de fornecimento serão exercidos pelo Diretor Administrativo e Financeiro José Antônio Oliveira de Rezende

4. DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

4.1. A Fornecedora deverá emitir Nota Fiscal / Fatura, contemplando o valor total do fornecimento e indicando no corpo do documento fiscal, além das informações de caráter obrigatório, todos os dados de seu domicílio bancário, devendo ser indicado preferencialmente bancos públicos, especificamente o Banco do Brasil S/A e a Caixa Econômica Federal, para evitar cobrança de tarifas bancárias.

4.2. No caso de cobrança de tarifas bancárias nos pagamentos e transferências feitas para outros não mencionados no item 5.1, o valor da tarifa será retido no pagamento.

4.3. O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente, em 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data de emissão da nota de liquidação. Eventuais boletos encaminhados pelos fornecedores serão tidos como inexistentes para todos os fins e efeitos.

4.4. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, serão devolvidos à contratada para as correções necessárias, não respondendo a contratante por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação dos pagamentos correspondentes, quando este se der por culpa da contratada;

5 DO PRAZO DE GARANTIA

5.1. A CONTRATADA deverá fornecer garantia contra defeitos/vícios, impropriedades de fabricação dos produtos de no mínimo 12 (doze) meses a contar do recebimento definitivo.

5.2. Na hipótese de a CONTRATADA oferecer garantia por tempo superior prevalecerá esta.

5.3. A CONTRATADA deverá substituir os materiais que apresentem defeitos dentro do prazo de garantia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de envio da comunicação.

5.4. Todas as despesas com materiais que venham a ser substituídos devido a apresentação de defeitos ou falhas serão de responsabilidade da CONTRATADA.

5.5. A execução da garantia por empresas terceirizadas não exime a CONTRATADA das responsabilidades assumidas com a FPTs.

5.6. Todas as despesas com recolhimento e envio de produtos defeituosos e com entrega de novos produtos serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus ao CONTRATANTE.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

6.1. Executar fielmente o ajustado, fornecendo os bens descritos no lote;

6.2. Efetuar a entrega na forma e prazo estipulados na Autorização de Fornecimento;

6.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da Autorização de Fornecimento;

6.4. Prestar à FPTs, sempre que necessário, esclarecimentos sobre os serviços contratados, fornecendo toda e qualquer orientação necessária para a perfeita utilização dos mesmos;

6.5. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da execução do objeto da presente dispensa de licitação, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas;

6.6. Manter durante toda a execução da Autorização de Fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação.

7. FORMALIZAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

7.1. Em decorrência da dispensa de licitação nos termos do inciso II do Artigo 75 e em consonância com o Artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, o contrato formal de prestação de serviços será substituído por Autorização de Fornecimento (AF).

7.2. Homologada a dispensa pela autoridade competente, a FPTs elaborará a Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho, que será enviada à Fornecedora por e-mail.

7.3. A contratada deverá atestar o recebimento da Autorização de Fornecimento ou retirá-la presencialmente em até um dia útil contado da data do recebimento da convocação ensejando a aplicação de:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

8.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão a conta da Dotação Orçamentária nº 3410.19.573.0104.4520.3.3.90.30.00 - Fonte de Recurso: 01- Tesouro Municipal.

ANEXO II DISPENSA ELETRÔNICA Nº 006/2024

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1. O Participante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar a seguinte documentação:

1.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

1.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da composição da diretoria em exercício.

1.4. Prova de inscrição no CNPJ.

1.5. Prova de regularidade relativa ao FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (Certificado do F.G.T.S.).

1.6. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal: Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União ou Positiva com efeito de Negativa, emitida pela Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Portaria Conjunta PGFN/ RFB nº 1751, de 02/10/2014, ou outro meio equivalente admitido por lei.

1.7. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da Contratada, composta de Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou positiva com efeito de negativa, expedida pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado, ou outro meio equivalente admitido por lei.

1.8. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da Contratada, composta de Certidão Negativa de Tributos Mobiliários ou positiva com efeito de negativa (**em nome da Contratada**), expedida pela Secretaria de Finanças do Município, ou outro meio equivalente admitido por lei.

1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, expedida nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho (Lei Federal nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1470, de 24 de agosto de 2011).

1.10. Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa ou de execução patrimonial do domicílio da pessoa física ou de firma individual, cuja data de emissão não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura desta licitação.

2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por verificação de autenticidade via internet.

3. Nos documentos em que não houver prazo de validade assinalado, serão considerados válidos os emitidos até 90 (noventa) dias corridos, antes da data de abertura desta dispensa de licitação.

4. Todos os documentos deverão se reportar à sede ou à filial que participou da dispensa de licitação e que executará o contrato.

4.1. No caso de a Participante desejar que um de seus estabelecimentos, que não o participante da dispensa de licitação, execute o futuro contrato, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

- a) que o ato constitutivo da Participante (matriz) conste expressamente a filial;
- b) que a Participante informe que o objeto será executado pela filial, quando então deverá ser comprovada a regularidade fiscal de ambos os estabelecimentos, com a apresentação das certidões necessárias.
- c) Constatada eventual irregularidade, fica facultada à FPTS a possibilidade de reter os pagamentos devidos, oficiando, ato contínuo, o INSS ou o Conselho Curador do FGTS, fazendo constar dos autos tal providência, sem prejuízo da adoção das sanções contratuais cabíveis;

5. Somente empresas que tenham o ramo de atividade compatível com o solicitado poderão participar da dispensa de licitação, o não cumprimento acarretará na desclassificação.

6. **OBS: Nota Fiscal Eletrônica:** De acordo com a Portaria CAT 001/11 – D.O.E. SP 08/01/2011, as empresas situadas no estado de São Paulo deverão emitir obrigatoriamente a Nota Fiscal Eletrônica. O Decreto nº 50.437/2005 acrescentou ao art. 124 do **Regulamento do ICMS**, aprovado pelo Decreto nº 45.490/2000, os incisos XXII e XXIII, na redação dada pelo Decreto nº 52.097/2007, que dispõem sobre a emissão de Documento Fiscal Eletrônico (DFE) e do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (Danfe).

**ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
ATENÇÃO: A PROPOSTA DEVERÁ SER INSERIDA NO CAMPO
“ANEXOS DE PROPOSTA” SEGUINDO O MODELO ABAIXO.**

DISPENSA ELETRÔNICA N.º 138/2026
PROCESSO N.º 15330/2026-58

PROPOSTA COMERCIAL

Fornecedor:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Bairro: CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone/Fax:

Telefone Celular:

E-mail:

Dados Bancários: Banco xxxxx (xxx) – agência nº xxx – conta corrente nº xxxx

Estamos encaminhando Proposta Comercial para o objeto desta Dispensa Eletrônica cujo objeto é a aquisição de lâmpadas para a melhoria da iluminação do prédio da Fundação Parque Tecnológico de Santos, conforme especificações do Termo de Referência (Anexo I)

ITEM	MATERIAL	Marca e Modelo	Unid.	Qtde	Valor Estimado	
					Unitário	Total
1			PC	22		
2			PC	29		
3			PC	55		

VALOR TOTAL: R\$..... (VALOR POR EXTENSO)

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS CORRIDOS

PRAZO DE ENTREGA: 5 DIAS CORRIDOS

GARANTIA: 12 MESES

Local e Data

(Assinatura do Responsável Legal/Carimbo)

ANEXO IV

MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/SERVIÇO

Processo Administrativo n.º 15330/2026-58

Empenho n.º

Unidade Requisitante: FPTS

Dispensa Eletrônica n.º 138/2026

Dotação Orçamentária n.º

Processo de Pagamento n.º

_____, CNPJ/MF nº _____, estabelecida na Rua _____ -
_____/SP – CEP _____ – tel: _____, por seu representante legal, Sr.(a)
_____, tendo sido aceita a proposta que apresentou no processo administrativo em epígrafe e
sendo-lhe adjudicado o respectivo objeto, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021,
deverá fornecer aa FPTS, CNPJ/MF nº 15.563.047/0001-30, com sede na Rua Henrique Porchat, 47 - Vila
Nova, Santos/SP, o material/serviço abaixo discriminado:

Descrição dos materiais/Marca	Un.	Qtde.	Vlr. unit-R\$	Vlr. total-R\$

Valor total da AF:

1. Da execução do objeto:

1.1. Todos os materiais fornecidos deverão ser novos e sem quaisquer defeitos, sejam eles de fabricação, transporte ou manuseio inadequado.

1.2. O objeto da presente despesa constitui a aquisição de lâmpadas para o prédio da FPTS, localizado na Rua Henrique Porchat, 47, Vila Nova – Santos/SP, CEP 11013-510, com horário de atendimento de segunda a sexta, no período das 09:00 h às 12:00 h e/ou das 13:00 h às 17:00 h.

1.3. Prazo de entrega: 5 (cinco) dias corridos contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento.

2. Condição de Pagamento:

2.1. A Fornecedora deverá emitir Nota Fiscal/Fatura, contemplando o valor total dos serviços executados.

2.2. O pagamento será efetuado em 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data de emissão da nota de liquidação.

Observações:

- a) Fazer constar da Nota fiscal o número do processo de pagamento, Nota de Empenho e também o Banco e o nº da Conta Corrente para Crédito;
- b) Taxas e impostos inclusos no(s) preço(s) acima.
- c) De acordo com a portaria CAT-162, 29/12/2008 é obrigatório a emissão de Nota Fiscal Eletrônica – NF-e.

Preparado por:

Conferido por:

Em / / 2026

AUTORIZO O FORNECIMENTO

**Assinatura do Responsável pela
emissão da A.F e Carimbo**

**ATESTO O RECEBIMENTO
REPRESENTANTE DA EMPRESA**